



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**Programa Agroamigo:**  
**análise dos impactos socioeconômicos do microcrédito na zona rural de Picos-PI**

Aelson Rodrigues Marinho<sup>1</sup>, Matheus Medino dos Santos<sup>2</sup>, Kary Emanuelle Reis Coimbra<sup>3</sup>

Picos  
2017

---

<sup>1</sup> *Graduando em Administração pela UFPI;*

<sup>2</sup> *Graduando em Administração pela UFPI;*

<sup>3</sup> *Professora da UFPI, mestre, orientadora.*

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**M338p** Marinho, Aelson Rodrigues

Programa Agroamigo: análise dos impactos socioeconômicos do microcrédito na zona rural de Picos-PI / Aelson Rodrigues Marinho, Matheus Medino dos Santos– 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (27 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador(A): Profª. Ma. Kary Emanuelle Reis Coimbra

1. Agricultura Familiar. 2.PRONAF. 3. Microcrédito Rural.. I. Santos, Matheus Medino dos. II. Título.

**CDD 658.88**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.  
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA**  
**DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**AELSON RODRIGUES MARINHO**  
**MATHEUS MEDINO DOS SANTOS**

Microcrédito Rural: Uma Análise Do Microcrédito Orientado do Programa  
Agroamigo na microrregião de Picos – PI

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a  
presidência da primeira, considera a discente como:

- Aprovado(a)**  
 **Aprovado(a) com restrições**

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as  
alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 20 de fevereiro de 2017.

*Kary Emanuelle Reis Coimbra*

Kary Emanuelle Reis Coimbra – Me.

*Naira Luan Sousa e Silva*

Naira Luan Sousa e Silva – Me.

*Marcus Santos de Sousa*

Marcus Santos de Sousa – Me.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender como o microcrédito orientado pelo Programa Agroamigo influencia nos aspectos sociais e econômicos de pequenos agricultores familiares na zona rural de Picos-PI. Trata-se de um tema de forte dimensão social, envolvendo pessoas de baixa renda beneficiadas por uma política pública inclusiva. A partir da informação de que estudos apontam que 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são produzidos pela agricultura familiar (PORTAL BRASIL, 2015), este estudo analisa o potencial da agricultura familiar no panorama socioeconômico picoense, importando considerar que, apesar dos desafios, este setor vem passando por avanços promovidos pelas políticas públicas de fortalecimento. O percurso metodológico deste trabalho fundamenta-se na abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso complementado de análise documental, constituindo-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Lançou-se mão da entrevista como instrumento de coleta de dados, com respaldo em roteiros semiestruturados. Os resultados obtidos apontaram que o Agroamigo impacta tanto nos aspectos socioeconômicos quanto na expectativa desses pequenos agricultores no que diz respeito à visão de futuro, além de estimular o interesse pelo desenvolvimento da produção orgânica. Constatamos ainda uma forte participação das mulheres no Programa.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. PRONAF. Microcrédito Rural. Agroamigo.

## ABSTRACT

This paper aims to understand how the Agroamigo Program's oriented microcredit influences the social and economic aspects of small family farmers in the Picos-PI countryside. It is a topic of strong social dimension, involving low-income people benefiting from an inclusive public policy. Based on the information that studies indicate that 70% of the food consumed by Brazilians is produced by family farming (PORTAL BRASIL, 2015), this study analyzes the potential of family agriculture in the Picos socioeconomic panorama, considering that despite the challenges, this Sector has been undergoing advances promoted by public policies for strengthening. The methodological course of this work is based on the qualitative approach, through a case study complemented by documentary analysis, constituting an exploratory and descriptive research. The interview was used as an instrument of data collection, with support in semi-structured scripts. The results showed that Agroamigo impacts both the socioeconomic aspects and the expectations of these small farmers with regard to the future, as well as stimulating interest in the development of sustainable production. We also noted a strong participation of women in the Program.

**Keywords:** Family Agriculture. PRONAF. Rural Microcredit. Agroamigo.

## 1 INTRODUÇÃO

Em um mundo onde o número de habitantes tende a aumentar, grandes são os desafios para a manutenção da vida, frente ao grande crescimento populacional. Dentre eles está a desigualdade social, que mexe com o essencial à sustentação da vida - a alimentação. No Brasil, estudos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), apontam que 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são produzidos pela agricultura familiar (PORTAL BRASIL, 2015). Este setor, na última década, vem passando por avanços promovidos pelas políticas públicas integradas de fortalecimento da agricultura familiar.

As políticas públicas, no âmbito da agricultura familiar, são voltadas ao financiamento do desenvolvimento rural, prestar assistência técnica, gerar emprego e renda aos pequenos agricultores familiares, e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida destes, seja nos aspectos sociais e/ou econômicos. Outro incentivo à agricultura familiar é a aquisição de produtos da sua produção, com dispensa de licitação.

Diante deste cenário, o presente estudo visa compreender como o microcrédito orientado pelo Programa Agroamigo influencia nos aspectos sociais e econômicos de pequenos agricultores familiares na zona rural de Picos-PI. Segundo o BNB (2016), este Programa foi criado em 2005, com o propósito de melhorar o perfil social e econômico do (a) agricultor (a) familiar da região Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, atendendo agricultores (as) familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com exceção dos grupos A<sup>4</sup> e A/C<sup>5</sup>.

Além de grande relevância para melhoria da qualidade de vida e qualificação da mão de obra familiar dos agricultores de baixa renda, destacamos também a importância da educação socioambiental dos mesmos, que é uma das marcas do Programa Agroamigo. É indiscutível ainda, que a assistência prestada por esse programa busca a melhoria dos processos de produção, preservação do meio ambiente, qualidade dos produtos e geração de emprego e renda.

Por tratar-se de um tema com forte dimensão social, envolvendo pessoas de baixa renda beneficiadas por uma política pública, é importante que haja uma maior preocupação e estudos na área, para entender as dimensões do impacto do Programa na vida de pequenos agricultores e também a viabilidade de aplicação e continuação desse Programa. Além do viés social, conseqüentemente, impacta também na dimensão econômica para o desenvolvimento da região.

A análise do Agroamigo tem como base uma pesquisa empírica, envolvendo os beneficiários do Pronaf Grupo B<sup>6</sup> na cidade de Picos-PI que utilizam o microcrédito orientado pelo Programa. Assim, a questão traz a indagação sobre: **de que forma o microcrédito orientado pelo Programa Agroamigo influencia nos aspectos sociais e econômicos de pequenos agricultores familiares na zona rural de Picos-PI?**

A fim de responder tal questionamento, traçamos os seguintes objetivos específicos: (I) caracterizar as políticas e diretrizes que norteiam a execução do Programa Agroamigo por meio de um levantamento documental; (II) analisar as melhorias nos aspectos sociais e

---

<sup>4</sup> Tem como público-alvo, os agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e reassentados em função da construção de barragens. Possui limite de crédito de até R\$ 25.000,00 por agricultor, em até 3 operações.

<sup>5</sup> Mesmo público-alvo do grupo A, porém, possui limite de crédito de até R\$ 7.500,00 por operação, podendo cada agricultor contratar, no máximo, 3 operações de custeio.

<sup>6</sup> Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00. Possui limite de crédito de R\$4.000,00 por operação, elaborado pelo Agroamigo e de R\$2.500,00, sem a metodologia do Agroamigo.

econômicos desses pequenos agricultores familiares beneficiados pelo Programa Agroamigo; e (III) analisar a existência de dificuldades no processo de aquisição e aplicação do crédito para os pequenos produtores.

Este trabalho apresenta-se em seis itens, iniciando desta introdução. Nos itens 2 e 3 o referencial teórico, onde debatemos sobre a agricultura familiar no Brasil, e seus conceitos; o surgimento do Pronaf; e a criação do Programa de Microcrédito Rural, Agroamigo, e suas diretrizes de execução. No item 4, apresentamos o percurso metodológico na concretização do estudo, seguido dos itens 5 e 6, onde apresentamos os resultados obtidos na pesquisa e as considerações finais a respeito desse estudo.

## 2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Diante da grande dimensão populacional, grandes são os desafios para a manutenção da vida. Dentre esses desafios, estão a saúde, educação, infraestrutura, segurança, moradia, desigualdade social, e aquela que é essencial à sustentação da vida, a alimentação. Como alimentar toda essa população? Quem produz o sustento alimentício? A resposta pode estar na agricultura familiar. Segundo o Portal Brasil (2015), com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Definições a respeito da agricultura familiar fundamentam-se basicamente em quatro características: o tamanho da propriedade, a mão-de-obra utilizada, os métodos de produção e a renda gerada pela atividade agrícola. Assim, no momento em que a família é proprietária dos meios de produção, assume também a responsabilidade pelo trabalho no estabelecimento. Guanzioli *et al* (2001) afirmam que a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. Essa afirmativa nos mostra também a diversificação dos sistemas de produção utilizados na agricultura familiar, reduzindo assim os riscos aos produtores.

Abramovay (2010) define como Agricultura familiar aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. Assim, Abramovay menciona em entrevista sobre agricultura familiar que dois aspectos são importantes nesta definição:

a) ela evita que se faça um julgamento prévio que consistiria em associar o caráter familiar da unidade produtiva ao seu desempenho: é o que ocorreu durante muitos anos, quando se tomavam como sinônimos agricultura familiar e pequena produção, produção de baixa renda ou até produção de subsistência [...] b) caráter familiar da produção repercute-se não só na maneira como é organizado o processo de trabalho, mas nos processos de transferência hereditária e sucessão profissional. A esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra profissão [...] (ABRAMOVAY, 2010).

No Art. 3º da Lei nº 11.326/06, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Apesar da imensidão territorial, das riquezas naturais e culturais do Brasil, também é grande a desigualdade social, onde muitas pessoas são desprovidas de políticas públicas,

inclusive os agricultores familiares. “Ainda que os créditos para a agricultura familiar tenham aumentado muito e sejam distribuídos segundo diversas modalidades, apenas representam de 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal<sup>7</sup>” (SABOURIN, 2007, p. 716).

Entre os fatores atrelados a desigualdade social no campo, está a educação. Com base no Fórum Nacional da Educação (FNE), os dados referentes ao período de 1996 a 2011 indicam um aumento na média de anos de estudo na população com 15 anos ou mais de idade. Porém, o crescimento médio do tempo de estudo na zona rural no período de 1996-2011 foi menor que o geral, tendo em vista que a população do campo teve um ano a menos que a urbana, apresentando um incremento de apenas 1,9 anos, passando de 2,3 em 1996 para 4,2 em 2011 (MEC, SE, SEA, 2013). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mostra que a taxa de analfabetismo no Brasil caiu 4,3 pontos percentuais entre 2001 e 2014 (IBGE, 2014).

O maior desafio está nas faixas etárias mais altas. Se consideradas as pessoas entre 40 e 59 anos, a taxa de analfabetismo registrada em 2014 foi de 9,2% (IBGE, 2014). A coordenadora-geral do Programa Pela Educação, Alejandra Meraz Velasco, diz que “os programas de EJA [Educação de Jovens e Adultos] estão sofrendo queda de matrículas e não há como mudar a realidade do analfabetismo sem programas específicos para esta faixa etária”. Quanto aos adolescentes e jovens (15 a 19 anos), a taxa de analfabetismo verificada foi de 0,9% em 2014 (IBGE, 2014). As disparidades regionais também são outro desafio relevante para os gestores. Com redução de 0,3 ponto percentual, a região Nordeste segue como a que tem a maior taxa, com 16,6% (G1, 2015).

Indicativos do Plano Safra (2016) apontam que os incentivos das políticas públicas à agricultura familiar seguem aumentando a cada ano. Nos últimos dez anos o volume de recursos disponibilizados saltou de 2,3 bilhões no planejamento 2005/2006 para 28,9 bilhões em 2015/2016. Tal planejamento limitou as taxas de juros ao agricultor familiar, 2% a 5,5% ao ano. E juros ainda menores para o Semiárido, de 2% a 4,5% ao ano.

O grande incentivador da agricultura familiar no Brasil é o Pronaf, que financia projetos ao pequeno produtor rural em diversas linhas de crédito (Quadro 1), com baixas taxas de juros, de acordo com o enquadramento do agricultor.

## **2.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**

Com o objetivo de prover crédito de custeio e investimento aos agricultores familiares, estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar em melhores condições do que aquelas vigentes no crédito rural convencional, o Governo Federal, sob Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). E dez anos mais tarde cria a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O Pronaf surge como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir dele foram criadas outras políticas e programas importantes, visando agregar maiores ações governamentais para este segmento social. Dentre os novos programas que surgiram com o Pronaf estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a Lei da Agricultura Familiar; o Seguro Rural; a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); e, mais recentemente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que já existia desde os anos 1950, mas foi reestruturado visando atender a compra de alimentos dos agricultores (MDA, 2016).

---

<sup>7</sup> É a agricultura de produção em larga escala, com grandes fazendas e com empregados fixos ou temporários.

Para receber as linhas de crédito do Programa, o Banco Central do Brasil - BACEN (2015) determina que é necessário comprovar enquadramento nos devidos grupos (Quadro 1) mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa. De início, o Programa não distinguia os beneficiários quanto aos rendimentos, bastava apenas que estivessem enquadrados nos requisitos exigidos pelo Pronaf.

Segundo o MDA (2016), a DAP é o documento de identificação da agricultura familiar. É gratuita e pode ser obtida tanto pelo (a) agricultor (a) familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais – associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). O cadastro é realizado em entidades e órgãos públicos autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), para emitir DAP. Os documentos necessários: carteira de identidade (Registro Geral - RG); CPF; e documentos do/a cônjuge: RG e CPF (em caso de pessoas casadas ou sob regime de união estável).

Maia (2015) afirma que a categoria de agricultores familiares é bastante heterogênea, contemplando tanto agricultores estruturados, quanto aqueles carentes em todas as etapas de produção e comercialização. Portanto, buscando uma divisão mais justa dos recursos, surgiu a necessidade de categorizar o Programa em grupos, conforme o Quadro 1:

**Quadro 1 – Classificação dos Grupos do Pronaf**

| <b>Grupos</b>           | <b>Público-Alvo</b>  | <b>Finalidade</b>   | <b>Limite de Crédito</b>   |
|-------------------------|--|---|--|
| <b>Pronaf Grupo A</b>   | - Agricultores (as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);<br>- Beneficiários do programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).   | Investimentos de atividades agropecuárias e não-agropecuárias.  | - Até R\$25.000,00 por agricultor;<br>- Esse valor poderá ser elevado para R\$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.           |
| <b>Pronaf Grupo A/C</b> | - Agricultores (as) assentados (as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);<br>- Beneficiários (as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).  | Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.              | Até R\$ 7.500,00 por operação, podendo cada agricultor contratar até 3 operações.  |
| <b>Pronaf Grupo B</b>   | - Agricultores (as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$20.000,00;<br>- Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupos A, AC e B do Pronaf.                             | Investimento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias.  | R\$ 4.000,00 por operação elaborada pelo Agroamigo (metodologia PNMPO <sup>8</sup> ).<br>R\$ 2.500,00, quando elaborado sem a metodologia Agroamigo. |
| <b>Pronaf Grupo V</b>   | - Agricultores (as) familiares, mulheres agricultoras (independente do estado civil), jovens agricultores, que tenham Renda Variável.<br>Obs.: Dependendo de alguns critérios, pode beneficiar pessoas de outros grupos. | Custeio/financiamento/Investimento<br>Obs.: Depende da linha crédito e enquadramento do beneficiário. | Depende do Grupo que se enquadra, da linha de crédito e da finalidade.   |

**Fonte:** Adaptado de BNB (2016) - Grupos e Linhas de Crédito PRONAF

<sup>8</sup> O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e tem os seguintes objetivos gerais: Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.



O PRONAF disponibiliza linhas de crédito especiais para públicos-alvo e atividades específicas: Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Floresta, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Custeio, Pronaf Produtivo Orientado (PPO), Pronaf Microcrédito Grupo A, Pronaf Agroecologia, Pronaf Custeio para Beneficiamento e Industrialização de Agroindústria Familiar, Pronaf ECO e Pronaf Semiárido.

Neste trabalho daremos ênfase ao grupo B, o qual enquadra os agricultores familiares com os menores rendimentos anuais e, conseqüentemente, contam com as melhores condições de financiamento devido o maior risco de inadimplência. O Pronaf Grupo B é voltado a famílias agricultoras que desenvolvam atividades produtivas no meio rural (atividades agropecuárias e não agropecuárias), cuja renda bruta familiar anual seja de até R\$ 20.000,00, excluindo-se os proventos de aposentadoria rural. Possui um limite de crédito atualmente vigente de até R\$ 4.000,00 por operação elaborada pelo Programa Agroamigo (metodologia PNMPO) e R\$ 2.500,00, quando elaborado sem a metodologia PNMPO. Possui uma taxa de juros de 0,5% ao ano e prazo de até 2 (dois) anos para reembolso para cada financiamento obtido, com bônus de adimplência (desconto) de 25% sobre o valor do financiamento para os beneficiários que pagarem suas prestações dentro de cada prazo previsto. O Programa dispensa a exigência de garantias.

Segundo Barbosa *et al* (2015), antes da implementação do Programa Agroamigo, o BNB enfrentava muitos problemas na operacionalização da concessão de crédito aos Pronafianos do grupo B. Dentre estes problemas, os autores mencionam: o modelo de plano de negócios adotado era único, independente das características das atividades; a orientação e o acompanhamento não eram especializados às necessidades dos usuários; o atendimento era disperso, devido às características do meio rural e com alto custo para o cliente, que necessitava se deslocar várias vezes até a agência. Assim, tais fatores impactavam os resultados, que vinham em crescente inadimplência, por deficiência na orientação ao agricultor e no acompanhamento dos empreendimentos, desviando o objetivo do Pronaf. Barbosa *et al* (2015), afirmam ainda que foi a partir da investigação da problemática, e com foco no objetivo de contribuir para a redução das desigualdades sociais, que o Banco do Nordeste inovou na metodologia de trabalho com esse público, lançou em 2005 o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (Agroamigo).

### 3 O AGROAMIGO

O Programa Agroamigo tem seu início em 2005 e sua fonte de recursos provém do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A implantação do projeto-piloto no Piauí ocorreu nas agências de Floriano e Oeiras. A operacionalização do Agroamigo conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

O programa tem como característica a presença nas comunidades rurais por meio dos Agentes de Microcrédito e atende, a milhares de agricultores (as) familiares, enquadrados no Pronaf, com exceção dos grupos A e A/C. Segundo o BNB (2016), a metodologia inovadora do Agroamigo impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a equidade de gênero no campo, a inclusão financeira dos agricultores (as) familiares e a redução de desigualdades. Ainda de acordo com o BNB (2016), as melhorias introduzidas pelo Programa abrangem:

- Conceder crédito orientado e acompanhado, de forma gradativa e sequencial;
- Atender aos clientes na própria comunidade, por meio do Agente de Microcrédito;
- Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente;

- Agilizar o processo de concessão do crédito;
- Promover a inclusão financeira do (a) agricultor (a) familiar e seu acesso aos produtos e serviços do Banco;
- Sensibilizar os (as) agricultores (as) familiares quanto à importância da educação financeira;
- Conscientizar os (as) agricultores (as) quanto à necessidade de exploração sustentável.

Devido ao grande sucesso de uma das linhas de crédito do Programa intitulada, Agroamigo Crescer, que atende os agricultores familiares com renda bruta familiar anual de até R\$ 20 mil, o Banco se viu motivado a ampliá-la para os clientes enquadrados em grupos do Pronaf de renda mais elevada, sendo criada a modalidade Agroamigo Mais na contratação de operações de crédito do Pronaf de valor até R\$ 15 mil.

Dados do BNB (2016) mostram que os resultados na posição de maio de 2016, registram que o Agroamigo aplicou mais de R\$ 8,8 bilhões desde a sua criação, compreendendo 3,3 milhões de operações contratadas. Com uma carteira ativa de R\$ 3,5 bilhões, contando com mais de 1,06 milhão de clientes ativos. No município de Picos-PI, o Agroamigo possui cerca de 4.600 clientes cadastrados. Analisando apenas o ano de 2016, foram contratadas 617 operações de crédito, o que correspondem a R\$ 2.403.650,00. Deste valor, apenas R\$ 5.360,00 está em atraso.

Para o BNB (2016), o Agroamigo está alinhado aos seguintes desafios internacionais, a que o Banco do Nordeste aderiu na qualidade de instituição propulsora do desenvolvimento da Região, definidos como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- Erradicação da Pobreza
- Fome Zero e Agricultura Sustentável
- Igualdade de Gênero
- Trabalho decente e Crescimento Econômico
- Redução das Desigualdades
- Consumo e Produção responsáveis

As ações desenvolvidas pelo Programa, que excedem a simples concessão de crédito, favorecem que sejam alcançadas as metas traçadas, em âmbito mundial, para melhoria da qualidade de vida das pessoas e de igualdade de direitos. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que é o primeiro Movimento camponês e feminista em nível nacional - ainda que em consolidação - e, desde sua origem, no início da década de 1980, traz como um dos objetivos principais a construção de novas relações de gênero (CONTE; DARON; MARTINS, 2009 apud CONTE; WESCHENFELDER, 2013, p.446). O Agroamigo também está na constante busca da igualdade de gênero no campo.

Se for feito o recorte que evidencia as camponesas, essas mulheres passaram quase que despercebidas na história, como se delas pouco ou quase nada se pudesse esperar, embora Muraro (2002, p. 128 apud CONTE; WESCHENFELDER 2013, p.448) observe que, durante o período da Renascença, tomaram parte das principais revoltas camponesas, pois foram elas “que tomaram a iniciativa dos atos mais violentos em defesa do pão para seus filhos”.

Levando isso em consideração, o Agroamigo promove a valorização das agricultoras familiares com orientação e aporte de recursos, permitindo-lhes desenvolver atividades próprias ou complementares à do cônjuge, o que representa uma contribuição do Programa à igualdade de gênero no campo (BNB, 2016).

Para proporcionar atendimento integral aos clientes, o Agroamigo disponibiliza, além de crédito de investimento e crédito de custeio, acesso a conta-corrente, poupança e cartão de débito que permite a realização de diversas operações bancárias e pagamento por meio de

carnê (BNB, 2016). O banco promove a valorização dos clientes por meio do Prêmio Banco do Nordeste de Microfinança, concedido anualmente em cada estado de sua área de atuação, a clientes que se destacaram nos setores agropecuário, agroindustrial e não agropecuário (comércio, serviço e artesanato) no meio rural (BNB, 2016).

Além disso, segundo o BNB (2016), a atuação do Agroamigo abrange a realização de uma Palestra Informativa com esclarecimentos sobre as condições do financiamento e informações sobre temas de interesse dos agricultores (as) familiares, como técnicas de produção, preservação dos recursos naturais e gerenciamento financeiro. Também são promovidos eventos com temas pré-definidos que representam oportunidades de disseminação de conhecimentos que permitem o crescimento pessoal dos agricultores (as) familiares e subsídios para melhoria dos resultados na atividade desenvolvida (BNB, 2016).

Outro aspecto objetivado pela Agroamigo é a exploração sustentável. Sabemos que hoje é dada uma grande relevância à exploração ou desenvolvimento sustentável dos recursos naturais. Uma definição para “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” foi descrita por Satterthwaite, que propõe os termos como a resposta às necessidades humanas nas cidades com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro (SATTERTHWAITE, 2004 *apud* BARBOSA, 2008).

Para Campanhola e Valarini (2001), a prática da agricultura orgânica propicia vantagens ao agricultor familiar, pois esta favorece a diversificação produtiva no estabelecimento; demanda mais mão-de-obra, gerando empregos; proporciona menor dependência de insumos externos; extingue o uso de agrotóxicos, o que contribui para reduzir os custos de produção; além de que os produtos orgânicos geram maior valor comercial em relação ao convencional e prolonga a vida útil no período pós-colheita.

Para o BNB (2016), o Agroamigo tem buscado difundir, entre seus clientes, práticas de sustentabilidade, bem como a produção orgânica e de base agroecológica, promovendo eventos de sensibilização e capacitação. Além dos benefícios do consumo de alimentos saudáveis, as produções orgânicas e agroecológica representam oportunidade de inserção dos agricultores familiares em um mercado lucrativo em plena ascensão.

Comparando o antes e o depois da implantação do Programa de Microcrédito Rural [Agroamigo] fica mais fácil de perceber a grande importância do mesmo para o Banco do Nordeste e principalmente para os beneficiários do Programa. O BNB (2016), diz que o Agroamigo se encontra em constante mudança, sempre buscando inovações que possam favorecer e melhorar a vida do pequeno produtor rural, essas melhorias são constatadas principalmente pelos Agentes de Microcrédito que além de influenciar na maioria delas, estão diariamente em contato com esses pequenos produtores.

Já Sen (2010) procura analisar o papel do desenvolvimento em contraposição a teoria que associa o desenvolvimento levando em consideração os fatores como crescimento do Produto Interno Bruto, rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Para Sen, “O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (SEN, 2010, pág. 18). Assim, a falta de disposições sociais e econômicas, tais como os serviços de saúde e educação, podem limitar a liberdade dos cidadãos impedindo-os de se alimentarem adequadamente ou até mesmo obterem conhecimento e instrução.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa teve como propósito compreender como o microcrédito orientado pelo Programa Agroamigo influencia nos aspectos sociais e econômicos de pequenos agricultores

familiares na zona rural de Picos-PI. Para isso, fez-se necessário um estudo mais aprofundado a fim de analisar a viabilidade de aplicação deste Programa. Assim, para evidenciar a veracidade desse estudo, utilizamos a vertente qualitativa como forma de abordar o problema, pois esta fornece uma análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento humano (MARCONI; LAKATOS, 2011). Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70):

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. (...) não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

O procedimento técnico utilizado na pesquisa foi o estudo de caso, que é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (GIL, 2008). O estudo foi complementado de uma análise documental, através de estudo dos manuais normativos que impõem as regras e procedimentos que norteiam a execução do Programa Agroamigo. A fim de alcançar os objetivos propostos, adotamos uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Para Gil (2008), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. E “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28).

Tivemos como sujeitos de estudo, os beneficiários do Pronaf Grupo "B" no município de Picos-PI que utilizam o microcrédito orientado pelo Agroamigo. Utilizamos a amostra do tipo não-probabilística para selecionar os sujeitos. Foram abordados dezoito beneficiários, escolhidos de forma intencional, como sujeitos da pesquisa; além de dois Agentes técnicos que orientam a aplicação do microcrédito.

A coleta de dados aconteceu no mês de setembro do ano 2016, em sete comunidades da zona rural de Picos-PI, as quais não tiveram nomes revelados, afim de preservar o nome dos Agentes que atentem a estas comunidades. Utilizamos a entrevista como instrumento investigativo, com respaldo em roteiros semiestruturados aplicados junto aos pequenos agricultores e técnicos que os orientam na aplicação do microcrédito. Contamos como auxílio de um gravador de áudio para registrar as entrevistas, autorizadas por um termo de consentimento por meio do qual foi garantido o sigilo de suas identidades. Assim, os entrevistados tiveram mais liberdade para expressarem seus pensamentos e experiências a respeito do Programa Agroamigo. Devido à proximidade entre Agentes e pequenos agricultores, a observação simples também foi utilizada como instrumento de coleta de dados para analisar determinados posicionamentos, entonação de voz, gestos e algumas especificidades sobre a aplicação e orientação do crédito. Segundo Lima (2008), a observação não participante é indicada quando o pesquisador considera que o êxito na coleta de dados depende de sua capacidade de resguardar sua identidade. Observando de maneira espontânea os fatos, assumindo a postura de um simples espectador.

Uma vez coletados os dados, procedemos à transcrição dos dados de maneira literal a fim de preservar a originalidade das entrevistas, onde foi extraído o material para análise e interpretação dos resultados quanto à influência da orientação prestada pelos Agentes de microcrédito. Quanto à classificação dos entrevistados no decorrer do trabalho, os beneficiários são apresentados pela letra 'B' e os Agentes pela letra 'A', ambos seguidos dos números correspondentes aos entrevistados. Analisamos a percepção dos pequenos produtores em relação aos benefícios adquiridos após a aquisição do microcrédito, e a existência de dificuldades no processo de aquisição e aplicação do crédito. Para analisar os dados, foi

utilizada a técnica da Análise de Conteúdo, que analisa o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador, trata de trazer à tona o que está em segundo plano na mensagem que se estuda, buscando outros significados intrínsecos na mensagem (OLIVEIRA, 2011).

Entre os entraves da pesquisa podemos destacar resistências na aplicação das entrevistas com os pequenos agricultores familiares em expressar alguns fatos, tais como a renda e a assistência prestada pelos assessores de microcrédito.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 5.1 O contexto socioeconômico dos pequenos agricultores familiares

Neste capítulo seguem os dados provenientes das entrevistas realizadas com os pequenos agricultores familiares e Agentes de Microcrédito Rural. Dentre os entrevistados, os pequenos agricultores familiares residem em sete comunidades picoenses. Já os Agentes de Microcrédito residem na cidade Picos-PI. O Quadro 2 mostra a caracterização dos pequenos agricultores familiares.

**Quadro 2 – Perfil dos Pequenos agricultores entrevistados**

| Sujeito | Idade | Sexo | Estado Civil  | Filhos | Escolaridade            | Profissão    | Benefício Governamental |
|---------|-------|------|---------------|--------|-------------------------|--------------|-------------------------|
| B1      | 31    | M    | União Estável | 2      | Ens. Super. Incompleto  | Cabeleireira | Bolsa Família           |
| B2      | 22    | M    | Casada        | Não    | Ensino Médio            | Lavrador     | Não                     |
| B3      | 51    | M    | Casada        | 3      | Ensino Fundamental      | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B4      | 23    | M    | Solteira      | Não    | Ensino Médio            | Cabeleireira | Não                     |
| B5      | 20    | M    | União Estável | 1      | Ensino Fundamental      | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B6      | 28    | H    | União Estável | 1      | Ens. Médio Incompleto   | Lavrador     | Não                     |
| B7      | 44    | H    | Casado        | 3      | Alfabetização funcional | Lavrador     | Não                     |
| B8      | 46    | M    | União Estável | 4      | Ens. Fund. Incompleto   | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B9      | 55    | H    | Casado        | 3      | Alfabetização funcional | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B10     | 25    | M    | Solteira      | 1      | Ens. Médio Incompleto   | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B11     | 36    | M    | Casada        | 2      | Ens. Fund. Incompleto   | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B12     | 41    | M    | Casada        | 2      | Ens. Fund. Incompleto   | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B13     | 38    | M    | União Estável | 2      | Ens. Fund. Incompleto   | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B14     | 36    | M    | Casada        | 2      | Ens. Fund. Incompleto   | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B15     | 41    | H    | União Estável | 2      | Alfabetização funcional | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B16     | 32    | H    | Casado        | 2      | Ensino Fundamental      | Mecânico     | Bolsa Família           |
| B17     | 33    | M    | Casada        | 3      | Ensino Médio            | Lavrador     | Bolsa Família           |
| B18     | 39    | M    | Casada        | 4      | Ens. Fund. Incompleto   | Lavrador     | Bolsa Família           |

**Fonte:** dados da pesquisa, 2016.

Observando o Quadro 2, pudemos constatar que, dentre os 18 entrevistados, 13 são mulheres e apenas 5 são homens, com idades que variam de 20 a 55 anos. Ao consultar documentos do BNB, não foi possível obter dados exatos sobre a quantidade de beneficiários cadastrados por sexo no município de Picos-PI que adquirem o microcrédito do Agroamigo. Mas, com base em dados informais obtidos com os Agentes de Microcrédito, grande maioria dos clientes do Agroamigo, hoje, são mulheres. Através dessas políticas públicas inclusivas, as pessoas de baixa renda de forma geral conseguem acesso ao microcrédito, inclusive as mulheres agricultoras, as quais se tornam cada vez mais independentes e, ao mesmo tempo, participativas na renda familiar. Assim, o Agroamigo permite-lhes desenvolver atividades próprias ou complementares à do cônjuge, o que representa uma contribuição do Programa à busca pela igualdade de gênero no campo (BNB, 2016).

Quanto à escolaridade, apenas 4 entrevistados conseguiram concluir o ensino médio, B1, B2, B4 e B17, onde B1 possui ensino superior incompleto. B1 mencionou ter trancado o curso devido ao nascimento do seu segundo filho, mas pretende retomar as aulas em breve. Os entrevistados B3, B5 e B16 possuem apenas o ensino fundamental completo. Os demais entrevistados não conseguiram concluir nem mesmo o ensino fundamental, sendo que B7, B9 e B15 são alfabetizados funcionalmente, ou seja, sabem escrever o nome e identificar números e ler informações simples. Nesta pesquisa, notamos que o grau de escolaridade está diretamente relacionado a faixa etária, os entrevistados alfabetizados funcionalmente têm idade acima de 40 anos. Diante dos fatos, podemos perceber o quão desprovido de programas educacionais era a zona rural. Com base na observação das entrevistas, percebemos algumas dificuldades que tinha para ir à escola, tais como financeira, transporte, falta de incentivos, além de que necessitavam de ajudar os pais na roça.

Corroborando aos dados do FNE (2013), cerca de 27% da população brasileira ainda é analfabeta funcional, principalmente nas faixas etárias mais altas. Portanto, necessita-se de maior ênfase aos programas específicos para esta faixa etária, apesar de uma pequena evolução, onde as pesquisas mostram que a "taxa de analfabetismo no Brasil cai 4,3 pontos percentuais entre 2001 e 2014" (IBGE, 2015). Quanto ao público mais jovem, podemos perceber que a realidade é bem diferente se compararmos com a faixa etária mais alta. Na faixa etária mais jovem, quatro dos entrevistados possuem ensino médio completo, e um possui ensino superior incompleto, mostrando de fato a evolução da educação na zona rural.

Com relação à atividade, 15 entrevistados se caracterizam como lavrador (agricultor) e tem a atividade agrícola como principal de fonte renda. Apenas 3 entrevistados exercem outras profissões no meio rural, onde B1 e B4 são cabelereiras, e B16 trabalha como mecânico. Vale ressaltar que estes também são agricultores, possuem DAP e se enquadram nos requisitos do Agroamigo, apesar de exercerem outras profissões como atividade principal na zona rural. Assim, percebemos o apoio do Programa Agroamigo aos agricultores que desenvolvem também atividades não agropecuárias na zona rural (comércio, serviço e artesanato), conforme mencionado no Quadro 1. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos estabelecidos pelo Art. 3º da Lei nº 11.326/06 (BRASIL, 2006). Apesar de a grande maioria ter a atividade agrícola, e a minoria ter a atividade não agropecuária como principais fontes de renda, podemos perceber no Quadro 2 que a maioria dos entrevistados utilizam benefícios provenientes do Governo para complementar a renda familiar. Apenas B2, B4, B6 e B7 não recebem benefícios governamentais. O entrevistado B7 afirma já ter recebido, porém, não recebe mais o benefício.

Ao serem perguntados sobre a renda, muitos tiveram receio em falar valores. Portanto, foi perceptível que muitos deles temem ter sua continuidade no Programa afetada caso comentassem sobre o real valor de suas rendas. Os entrevistados que exercem exclusivamente

atividade agrícola estipularam uma média que varia de R\$ 300,00 a R\$ 880,00, com exceção da entrevistada B18, que mencionou ter uma renda familiar de R\$ 2.000,00. Já os entrevistados B1, B4 e B16, que desenvolvem atividades não agropecuárias como principal fonte de renda, afirmam que a renda varia de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00. Sentimos certa resistência dos beneficiários em mencionar a renda familiar mensal auferida da atividade exercida, como podemos acompanhar no depoimento dos entrevistados B11 e B18, conforme os Fragmentos.

(Fragmento 01) Ixi, dá uns R\$ 300,00... rapaz, juntando assim os dois [benefício social mais a renda da atividade rural] dá uns R\$ 400,00 **(B11)**

(Fragmento 02) Pode dizer? (risos) Ah meu Deus (risos)! Eu tenho medo de dizer, assim, com medo de complicar. Porque ele[o esposo] é de roça e é pedreiro, e você sabe que pedreiro ganha até mais melhorzim aqui. Mas, por mês mesmo é uns R\$2.000,00, juntando com o da roça e o que eu tiro do Bolsa Família, que é R\$170,00 **(B18)**.

(Fragmento 03) Varia muito, porque salão é por mês, neh?! Como eu sou autônoma, aí não tenho uma renda fixa. Mas, é mais ou menos de R\$1.500,00 a R\$2.000,00. Sem o benefício **(B1)**

(Fragmento 04) R\$1000,00... R\$1.500,00. Varia, depende do mês. Tem mês que não chega nem a R\$1.000,00 **(B4)**

Com base nos depoimentos de B1 e B4 nos Fragmentos 03 e 04, percebemos que os entrevistados que desenvolvem atividades não agropecuárias estão conseguindo obter uma melhor renda que os demais que desenvolvem atividades agrícolas, porém, há uma grande variação da renda uma vez que eles alegam que depende muito do fluxo de clientes do mês. Com base na observação durante as entrevistas e o medo que fizeram alguns omitirem a verdadeira renda auferida da atividade, vimos que muitos que desenvolvem atividade agrícola também conseguem uma boa renda, como exposto no Fragmento 2. Um fator citado em alguns depoimentos que influencia de forma negativa na renda familiar se dá principalmente pela dificuldade no exercício da atividade devido à grande estiagem na região, como mostra o Fragmento 5.

(Fragmento 05) Rapaz, a renda na minha casa é uma renda pouca, conforme essas seca que nós tamo, é uma renda muita pouca. A renda mesmo aqui, do que eu ganho aqui, num dá nem pra se dizer o tanto que eu ganho não, porque aqui é só na roça mesmo e com bichim, um gadim, uma coisinha ou outra quando eu vendo, né. Quando eu vendo uma vez e ainda num vendo do preço certo não, porque o pessoal hoje em dia quer comprar, se uma arroba de boi é R\$250,00 que é o normal, eles só querem comprar a R\$200,00, quer dá menos, ao invés e ir subindo, vai é descendo. **(B7)**

Outro dado interessante diz respeito à condição de posse e uso da terra que os beneficiários desenvolvem suas atividades. Apenas os entrevistados que desenvolvem atividades não agropecuárias (B1, B4, B16) afirmaram serem proprietários do local de trabalho. Os demais entrevistados, em sua maioria, trabalham nas terras dos pais, e outros trabalham nas terras dos sogros. Assim, para formalizar a condição de uso da terra e buscarem um financiamento junto ao Programa Agroamigo, os beneficiários fazem um contrato de comodato. Portanto, estão de acordo com um dos critérios elegíveis para adquirir linhas de financiamento do Programa, que menciona que o indivíduo precisa explorar parcela da terra como proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro. Importante deixar claro que apenas a terra, local onde desenvolvem os trabalhos, que não é própria. Já o terreno onde estão

localizadas as suas residências, são próprios. Isso nos mostra que estas pessoas detêm de uma parcela de terra muito pequena – muitas comportam apenas a residência –, portanto não possibilita produzir o suficiente para sustentar a família.

Para identificarmos o primeiro contato dos pequenos agricultores familiares com o Programa, indagamos aos entrevistados sobre como eles tomaram conhecimento sobre o crédito do Programa Agroamigo, desde quando são beneficiários e os valores recebidos. Ao indagarmos sobre como tomaram conhecimento do Programa, metade dos entrevistados responderam que tomaram conhecimento através dos Agentes de Microcrédito, como mostram os Fragmentos 06, 07 e 08.

(Fragmento 06) [...] Na época o Agente veio e convidou as pessoas, aí eu entrei. Ele foi dizendo os planos que era, aí nós entramos. **(B3)**

(Fragmento 07) Eu tomei conhecimento através dos meninos aí. O Agente fez uma reunião, aí achei o projeto muito bom. Aí entrei nele, acho que desde 2008. E... é bom demais esse programa aí. Tá dando certo, se a gente souber investir. **(B6)**

(Fragmento 08) Conheci assim, pelo sindicato, é eu sempre ouvia o sindicato, aí eu ouvi aí eu fui procurar fazer. **(B8)**

Alguns outros responderam que foi através de indicação de amigos, vizinhos da comunidade ou até mesmo de parentes próximos, que são beneficiários do Programa que gostaram e os indicaram. Há também aqueles que foram intermediados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), através de parceria, onde o Agente entra em contato com o STR, que se encarrega de avisar aos pequenos agricultores sobre a reunião na comunidade, principalmente nas comunidades onde os agricultores têm dificuldade de contato telefônico.

Quando indagamos sobre o tempo em que são beneficiários e os valores recebidos, sentimos certa indecisão dos entrevistados com relação à quando começaram a adquirir o crédito, principalmente por parte daqueles que já o fizeram várias vezes, conforme disposto nos Fragmentos 09 e 10. Outro fator que causa tamanha indecisão é quanto às nomenclaturas dos Programas de financiamento aos pequenos agricultores familiares.

(Fragmento 09) Mais ou menos de 2009... 2009 pra 2010. Desde lá, venho sempre renovando. O primeiro, eu fiz de R\$ 2.000,00, aí o segundo, eu acho que fiz de R\$ 2.500,00, e o terceiro, de R\$ 3.000,00, e o quarto, de R\$ 3.500,00... aí eu acho que já fechou a cota. Por que lá tem uma faixa X que você pode fazer com bônus, depois você não pode mais fazer com bônus... pode fazer, mas não ganha o bônus. **(B1)**

(Fragmento 10) Aí entrei nele, acho que desde 2008. A gente começou tirando R\$2.500,00, aí foi subindo pra R\$3.000,00, hoje já está em R\$4.000,00. **(B6)**

Por conta da indecisão da maioria dos entrevistados sobre quantidade vezes que já adquiriram o crédito, cruzamos suas informações com os dados do próprio BNB. Assim, em consulta aos dados do BNB, constatamos que 5 dos entrevistados já adquiriram o crédito por 6 vezes; 1 por 5 vezes; 2 adquiriram por 4 vezes; 5 adquiriam por 3 vezes; 2 adquiriram 2 vezes; e 3 dos entrevistados adquiriram o crédito pela primeira vez. É notório que a maioria dos entrevistados acabam renovando o crédito junto ao Programa, demonstrando, assim, satisfeitos com a aquisição do crédito orientado.

Na pesquisa, abordamos também dois Agentes de microcrédito do Programa Agroamigo, ambos do sexo masculino, 29 anos de idade e com formação no curso técnico em agropecuária. O Agente A1 trabalha no Programa há 2 anos, enquanto que o Agente A2 está há 5 anos. São eles os responsáveis por irem até as comunidades e realizarem palestras



informativas sobre ao Programa, além de orientar os beneficiários desde aquisição a aplicação do crédito.

No primeiro momento, indagamos sobre o histórico do Programa e como este funciona, desde os objetivos a quem se destina e como é aplicado. Ambos formam sucintos nas respostas, conforme os Fragmentos 11 e 12.

(Fragmento 11) O Agroamigo é um Programa de Microcrédito Rural, destinado aos agricultores familiares de baixa renda. Os pequenos agricultores, hoje, eles não têm acesso a grandes créditos, o maior crédito é esse, porque o que vai determinar o acesso dele é a DAP dele, é o que ele desenvolve com a família dele. (A1)

(Fragmento 12) O Programa Agroamigo começou em 2005, com duas unidades, funcionando nas agências de Oeiras e Floriano, aí de lá pra cá o programa vem funcionando até hoje, onde já vem com mais de dez anos de programa[...] Os objetivos do Agroamigo é o desenvolvimento rural dos pequenos agricultores e ele se destina principalmente aos agricultores que desenvolvem alguma atividade que as vezes não tem uma oportunidade financeira pra desenvolver a mesma. E ele funciona da seguinte forma, através da palestra informativa que é onde a gente vai explicar como é que o programa funciona e após essa palestra é coletada a proposta do cliente pra vim pra o banco pra ser analisada e ela pode ser aprovada ou não. (A2)

Assim, percebemos nos Fragmentos acima, citados pelos Agentes de Microcrédito, que as respostas tendem a seguir os dados do BNB sobre o Programa. Isso é possível devido ao treinamento que estes recebem ao fazerem parte do Programa, a internalização do funcionalismo do Agroamigo. No Fragmento 11, A1 menciona um fator importante para ter acesso ao Programa, a DAP, é esta quem determina o acesso do pequeno agricultor ao crédito. "A DAP é a 'identidade' do agricultor" (MDA, 2016).

Em seguida, questionamos os Agentes sobre o que eles levam em consideração na hora de fornecer ou não o crédito ao cliente.

(Fragmento 13) Pra fornecer o crédito ao cliente, ele tem que ser agricultor, tem que desenvolver a atividade. Não tem dificuldade, se o cliente é agricultor, ele desenvolve a atividade no meio rural, ele pode sim ter acesso ao crédito, sem problema. Agora ele tem que se enquadrar nos requisitos, ele tem que ter a DAP B, tem que ter toda documentação e tem que desenvolver, não é obrigado ter terra não. (A1)

(Fragmento 14) [Considero] O momento oportuno de crescimento na atividade dele, porque como é um crédito pequeno ele tem que ser oportuno pro cliente, no momento necessário, e na hora certa pra que esse crédito possa se desenvolver e criar fluxo, render. (A2)

Vimos no Fragmento 13, que o Agente A1 destaca mais uma vez a importância DAP no processo de aquisição do crédito. Já o Agente A2, no Fragmento 14, destaca a questão da oportunidade, em que o cliente [beneficiário] deve investir em função da atividade que exerce, e por ser um crédito "pequeno", tem que aplicar de acordo com a necessidade para que este possa fluir e dar retorno.

A seguir, trataremos de aspectos mais específicos ao Programa e as mudanças provocadas por este, tanto na percepção dos beneficiários quanto dos Agentes de microcrédito.

### 5.1 Agroamigo: mudanças e percepções após a aquisição do crédito

Nesta seção abordaremos as principais mudanças percebidas pelos pequenos agricultores familiares após a aquisição e aplicação do crédito, tanto nos aspectos socioeconômicos quanto na produtividade. Mostraremos também as dificuldades no processo de aquisição e aplicação do crédito, o nível de satisfação desses pequenos agricultores em relação a assistência prestada pelos Agentes de Microcrédito e também em relação ao próprio Programa.

A respeito das principais mudanças na propriedade dos pequenos agricultores, indagamos que estes relatassem o antes e o depois das suas propriedades com a aquisição do crédito. Na grande maioria, percebemos que o crédito trouxe diversas melhorias para as propriedades, principalmente quanto ao aperfeiçoamento dos processos de produção, como exposto nos Fragmentos 15 e 16.

(Fragmento 15) [O crédito] Dá pra dar uma ajeitada lá no chiqueiro... na parte das galinhas, dá pra ajeitar a tela, dá para as rações... que estão muito caras agora. Dá para colocar caixa d'água lá, para ficar dando água para as galinhas... dá para ajeitar bastante coisas lá. **(B2)**

(Fragmento 16) Rapaz melhorou muito porque a gente vem investindo, e a gente primeiro comprou gado, aí no que comprou deu pra pagar e sobrou um pouco, aí a gente comprou mais, aí cada vez vinha aumentando, comprava gado e multiplicava [...] Aí já compramos também uma fôrrageira, já comprou uma siladeira, tudo com o programa. Aí dessa última vez que fiz foi pra comprar um forno elétrico [...] **(B13)**

Além de conseguir novos equipamentos para melhorar a atividade, os pequenos agricultores conseguem prolongar o tempo de produção, como no caso da horticultura, onde os entrevistados que trabalham com essa atividade agrícola exerciam apenas no período das chuvas – período esse muito curto, principalmente nos últimos anos de seca prolongada. Com isso, essa atividade acabava se tornando apenas um complemento da renda. Após a aquisição do crédito e, conseqüentemente, a obtenção de equipamentos e perfuração de poços artesianos, os pequenos agricultores agora fazem dessa atividade a sua principal fonte de renda, produzindo durante todo o ano, conforme Fragmentos 17 e 18.

(Fragmento 17) Ah, melhorou porque nós faz pra irrigação, compramos caixa, compramos o irrigador, tudo, aí mudou muito. **(B11)**

(Fragmento 18) [...] nós num tinha condição de comprar o equipamento pra nós trabalhar, que a irrigação é em primeiro lugar, que a gente sempre tá fazendo pra irrigação porque quebra uma mangueira, uma torneira, cano, se quebra tudo através do sol quente e a gente tem que continuar fazendo pra poder render mais o trabalho. (Vocês produziam apenas na época de chuva?) Só. Só na época de chuva. Aí agora conseguimos cavar esse poço lá pra trabalhar, porque num tinha do que viver mesmo, porque o inverno foi fraco nesses últimos anos. Aí nós juntamos com meu pai e meu irmão e conseguimos cavar esse poço. (Agora produz o ano todo?) É, o ano todo. **(B12)**

Nos Fragmentos dos beneficiários que desenvolvem atividades agrícolas, como os Fragmentos 17 e 18, os beneficiários utilizam termos: "compramos", "conseguimos", "juntamos", entre outros. Com o uso destes termos, além da observação feita durante as entrevistas, é evidente a participação da família, a cooperação familiar na atividade na busca do bem comum, como também a 'transferência hereditária' do trabalho. O "caráter familiar da produção repercute-se não só na maneira como é organizado o processo de trabalho, mas nos processos de transferência hereditária e sucessão profissional" (ABRAMOVAY, 2010). Outro

dado interessante diz respeito a produção orgânica, onde constatamos através da observação, que os pequenos agricultores familiares que desenvolvem atividades relacionadas a agricultura, não utilizam de substâncias químicas no processo de produção. As informações e orientações prestadas pelos Agentes, como técnicas de produção, preservação dos recursos naturais, buscam "conscientizar os (as) agricultores (as) quanto à necessidade de exploração sustentável" (BNB, 2016).

Um dos principais fatores que indicam a melhoria em seus aspectos sociais e econômicos na vida dos pequenos agricultores após a aquisição do crédito pode ser visto como a mudança na renda desses beneficiários. Quando questionados, todos mencionaram que houve um aumento da renda, porém, não quiseram revelar valores. Identificamos que havia um receio por parte dos entrevistados de que por auferir um ganho mais alto através da atividade pudessem ser desligados do programa, já que esse classifica os Pronafianos do Grupo B como sendo os de baixa renda. Porém, de forma geral, foram unânimes em dizer que houve sim uma considerável melhora na atividade, na propriedade e conseqüentemente na melhoria de aspectos sociais e econômicos após a aquisição do crédito. Ganharam poder de compra, melhoraram os equipamentos e conseqüentemente os processos de produção; afirmaram também que através do crédito conseguem comprar produtos a vista e obter descontos, o que implica numa melhor margem de lucro. Isso se confirma também no depoimento de um dos Agentes, conforme Fragmentos 19 e 20.

(Fragmento 19) Na minha concepção, o benefício que esse programa trás para os pequenos agricultores é que com esse crédito, com a orientação que a gente dá pra eles, eles têm como desenvolver as atividades deles bem orientados, entendeu?! Eles têm com trazer retorno. Porque a partir do momento que ele tá adquirindo um crédito desse, ele tem como adquirir seus animais e equipamentos de produção. Por exemplo, os seus animais vão dá retorno pra ele, seja na forma de carne, de leite ou de ovo. Com isso, a renda família vai aumentar com certeza. (A1)

(Fragmento 20) Sim, houve muita melhoria, eu mesmo tenho um cliente, que ele fez muitas vezes o agroamigo, e conseguiu comprar carro, conseguiu ampliar a casa dele, o local onde ele exerce a atividade. Ele realmente teve uma grande melhoria de vida, também tem outro cliente que esse começou do zero e hoje eles são clientes de sucesso e são visitados pelas universidades, melhorou muito a atividade deles lá. (A2)

Em relação às mudanças nos aspectos sociais e econômicos, os indagamos sobre as principais mudanças depois da aquisição do crédito do Programa Agroamigo. Percebemos que a maioria dos beneficiários considera uma mudança na área financeira, onde estes têm consciência de que com a aplicação correta do crédito conseguem lucrar com a atividade desenvolvida (atingindo tantos seus objetivos pessoais quanto os objetivos do Programa) e conseqüentemente melhorar suas propriedades e os meios de produção; adquirir ou reformar a casa própria; comprar utensílios domésticos, vestimentas, e etc. Assim, o pensamento dos beneficiários se dá sob o viés restritivo à renda, o que difere da teoria do desenvolvimento como liberdade de Sen.

(Fragmento 21) [mudanças] na [área] financeira. Porque a gente fazia esse Agroamigo, aí a gente negociava lá, comprava 2 ou 3 'boim' e botava na roça. Quando a gente vendia 1 e pagava a prestação, aí lucrava 2 ou 3. Aí a gente vende aqueles 2 e fazia um cômodo da casa, fazia outra cerca lá na roça. E, por aí vai. (B6)

(Fragmento 22) [...] a gente não criava muito, agora a gente cria, a gente tem o ovo. Se precisar vender uma galinha pra comprar um medicamento, tem, tá entendendo?! Tem o porco, se a gente não puder comprar um quilo de carne, tem o porco, que a gente vende, compra mais [...] hoje a gente vive mais desse programa, né?! E antes

não, era da diária dele [esposo] e do bolsa família, agora nós tem a própria atividade, tem como a gente tá ocupando a cabeça, trabalhando, cuidando das galinha, dos porco. **(B8)**

(Fragmento 23) Melhorou na oficina e na renda familiar também aumentou um pouco. Com o lucro consigo comprar mais coisa, móveis, umas coisa melhor para as crianças e tudo. Minha renda tá vindo toda aqui da oficina. **(B16)**

Em entrevista com os Agentes de Microcrédito, eles falam até mesmo em “casos de sucesso” onde citam clientes que além de se destacar na desenvoltura das atividades, melhoraram muito sua capacidade produtiva e conseqüentemente seus aspectos socioeconômicos, esses servem como exemplos da aplicação da metodologia do Programa, como vemos nos fragmentos abaixo.

(Fragmento 24) Eu tenho exemplo de família que antes de conhecer o Agroamigo, vivia de diárias. Hoje, depois de receber esse crédito, eles pagam diária. Hoje ela trabalha com horticultura, é uma atividade que requer um pouco de água, sendo que ela mora numa localidade que não tem tanta disponibilidade de água. Mas, foi uma atividade que ela achou como meio de sair do mundo da pobreza, não é que ela enricado não, mas melhorou um pouco a qualidade de vida dela. Hoje, ao invés dela ir trabalhar na diária, ela paga diária. Hoje ela precisa de mais recurso, e estamos financiando para o marido dela também pra ver se eles aumentam a produção deles, porque é pouco produto para muita demanda, entendeu?! Ou seja, eles têm pouco produto e muita gente que quer, a oferta é pouca. E eles tão querendo mais recurso e é isso que a gente tá fazendo pra isso, pra ver se eles aumentam a produção deles. **(A1)**

(Fragmento 25) Rapaz eu cito a questão da atividade que a gente financia muito pra o desenvolvimento de hortas e com algumas pequenas orientações o cara seguiu, e o principal que ele não tinha lá era água, depois ele conseguiu cavar o poço, plantar e irrigar, ele seguiu nossas orientações e hoje quem praticamente abastece a comunidade todinha é ele. **(A2)**

Outro fator interessante que percebemos nas entrevistas, foi a inserção do pequeno agricultor familiar nos bancos, conforme o Fragmento 26. Este fator é uma das propostas de melhorias com a criação do Agroamigo – promover a inclusão financeira do (a) agricultor (a) familiar e seu acesso aos produtos e serviços do Banco (BNB, 2016). É notório que ainda há uma visão que os Bancos não possuem espaços para atender as classes mais baixas da sociedade. Analisamos que os pequenos agricultores, após serem atendidos pelo Programa Agroamigo acabavam sentindo uma maior familiaridade com o banco, mudando a própria visão a respeito do mesmo.

(Fragmento 26) [...] antigamente quem era que via um lavrador num banco, só vai os bichão, só os rico. E agora todo lavrador, sendo honesto, pagando tudo direitim, é direto no banco, sempre no banco. **(B13)**

A grande maioria dos entrevistados menciona melhorias vindas após a aquisição do crédito, partindo dessas melhorias, buscamos descobrir a existência de alguma dificuldade quanto à aquisição e/ou aplicação do crédito. Alguns entrevistados negaram qualquer dificuldade, já outros afirmam que o crédito necessita de muitos documentos para ser adquirido, o que conseqüentemente acarreta uma grande demora desde a entrada até a aprovação e liberação do crédito, porém eles também afirmam que isso melhora com passar do tempo, ou seja, quando apresentam uma proposta de renovação do crédito ao banco, como mostram nos Fragmentos 27, 28 e 29.

(Fragmento 27) A dificuldade assim, antes eu achava essa questão da papelada e a demora do processo, eu achava assim, muito demorado, mas só que agora essa ultima vez eu já achei que mudou mais um pouco, foi mais rápido, então tá bom. **(B14)**

(Fragmento 28) Rapaz... No começo, era difícil mesmo era o negócio de papel, que demorava muito. Fazia e passava mais de trinta dia... era muito papel, levava, e as vez num dava certo e era obrigado levar outros. Mas, agora já tá melhor já. **(B15)**

(Fragmento 29) Não. Só a primeira vez que deu um trabalhinho. Que todo mundo diz que geralmente dá mais um trabalho, na primeira vez. E a documentação também, que a gente acha muito pra reunir tudo, sabe?! Mas, depois da primeira vez, é fácil... é bom. **(B16)**

Existe certa discordância nesse aspecto entre a opinião dos beneficiários e dos Agentes, como exposto nos Fragmentos 28, 29, 30 e 31. Para alguns dos pequenos agricultores, existem sim alguns problemas relacionados ao crédito, já os Agentes ao serem questionados sobre a existência de alguma dificuldade em relação ao crédito, dizem desconhecer tais problemas, como mostra os fragmentos abaixo após fazermos a mesma pergunta para eles.

(Fragmento 30) Não. Quanto a aquisição do crédito, não existe nenhuma dificuldade, é muito simples. Todos agricultores familiares que realmente são agricultores e que desenvolvem suas atividades, não tem dificuldade nenhuma para ter acesso, desde que eles estejam munidos de toda documentação e que assista as reuniões da gente. A única demora que tem é se o cliente tiver alguma pendência no nome. Por exemplo, se o nome tiver no SPC/SERASA, porque o banco consulta. Se tiver alguma pendência, a gente liga para nosso cliente e diz: você tem essa pendência, você tem que resolver sua pendência. Hoje, o crédito do Agroamigo não passa mais do que 30 ou 60 dias desde o dia que o cliente assistiu a reunião para ter acesso a ele, desde que não tenha nenhuma pendência. Quanto a aplicação do crédito, hoje quase 90% dos clientes aplicam, 10% temos que voltar numa segunda visita. Porque eles alegam que o tempo foi muito curto para a aplicação do crédito. E a gente volta lá, mas dá tudo certo. **(A1)**

(Fragmento 31) Não, não tem nenhuma dificuldade, até porque a aquisição é fácil, afinal o que é financiado é o que tem no próprio município, a gente não financia uma atividade que o cliente não encontra, tanto que a gente já fala pro cliente fazer uma pesquisa de mercado quando a gente financia alguma coisa que não se baseia no financiamento de animais, por exemplo uma aquisição de lona pra um barreiro, a gente já pede pro cliente fazer a pesquisa pra vê se encontra no município ou não pra que ele não venha a ter dificuldade depois de adquirir o crédito e não conseguir comprar. E com relação a aplicação a gente dá sempre a orientação pra aplicar corretamente até porque o programa há um desconto, mas o cliente só tem direito se ele aplicar corretamente do jeito que ele pediu na proposta. Ainda existe alguns que não aplicam, mas a gente vai orientando e diminuiu já bastante. **(A2)**

Ainda em relação às dificuldades sobre o crédito, alguns entrevistados afirmaram não ter problemas junto ao banco, mas sim na hora de conseguir documentos que são emitidos ou dependem de outros órgãos, como por exemplo, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), onde os pequenos agricultores familiares que pleiteiam o crédito para aquisição de animais precisam ir para conseguir o Guia de Trânsito Animal (GTA) como mostra os fragmentos.

(Fragmento 32) A questão de documentos, demora. Dei várias andadas para conseguir. Fui várias vezes lá na Emater pra conseguir tirar o GTA... demorou

muito. A maior dificuldade não foi nem tanto no Agroamigo, foi na Emater para tirar o GTA. A DAP não teve muita dificuldade, foi aqui no sindicato mesmo. **(B5)**

(Fragmento 33) Rapaz a única dificuldade que tem, só esse negócio de exames, esses coisa de GTA, entendeu?! A burocracia é grande. A gente chega numa Emater daquela ali para tirar, aí eles dizem: não, tem GTA não, tá tirando GTA não. Aí a gente corre pra outro, aí diz: tal dia chega. A dificuldade maior não é nem no banco, é na Emater. Chega lá não tem uma folha para tirar um GTA. Não tem uma folha. Não tem tinta, não tem nada. **(B6)**

(Fragmento 34) Pra nós mesmo não tem dificuldade nenhuma. Porque nós tem os documentos tudo no jeito. Tá melhor do que o do [outro Banco], porque eu faço no Banco do Brasil também. Mas lá é mais difícil, no Nordeste[BNB] é melhor. **(B17)**

Mesmo existindo certas dificuldades, o crédito fornecido pelo Programa Agroamigo em parceria com o Banco do Nordeste ainda se torna, na percepção de alguns pequenos agricultores, mais fácil e acessível do que o de outros bancos, como vimos no Fragmento 31. Por tanto, é indiscutível a importância do Programa na aplicação da política pública de financiamento de pequenos agricultores familiares no desenvolvimento regional.

Ao indagarmos os beneficiários sobre a assistência prestada pelos Agentes de Microcrédito Rural, eles foram unânimes em dizer que essa é suficiente para que eles consigam exercer bem suas atividades e consigam ter lucro através delas. Porém, em entrevista com os próprios Agentes, vimos que na realidade não se trata de fato de uma assistência e sim do acompanhamento da aplicação do crédito, pois eles, mesmo sendo Técnicos em Agropecuária, por normas do programa, não são contratados para exercer essa função, como mostra os fragmentos 35 e 36.

(Fragmento 35) Com relação a essa pergunta, nós Agentes, a gente faz um acompanhamento do crédito, da aplicação do crédito. Por 2 anos, nós tem obrigação de fazer visitas de rotina. Por exemplo, a gente faz um acompanhamento do nosso cliente, saber se ele aplicou, saber se ele tá desenvolvendo a atividade, pra gente orientar melhor. Mas, assistência mesmo, a gente não dá assistência ao cliente, a gente faz o acompanhamento. **(A1)**

(Fragmento 36) Sim, considero[suficiente]. Embora a gente não possa prestar de fato uma assistência a gente vai às vezes mais na orientação, mas essas orientações são boas, são necessárias. A gente não tem como objetivo a assistência por que no caso nós somos todos técnicos em agropecuária, mas a gente não é contratado como técnico, então a gente não pode dar uma assistência em si, a gente dá só umas pequenas orientações e nessas orientações, a parte da assistência, a gente dá a orientação pro cliente procurar um veterinário se ele necessitar ou alguém da EMATER, esses podem realmente dar assistência. **(A2)**

Em análise aos Fragmentos 35 e 36, fica claro que os Agentes de crédito fazem uma distinção entre assistência e acompanhamento, para eles, a assistência ficaria melhor configurada caso fosse feita alterações na forma de produzir dos pequenos agricultores a partir de suas orientações, o que na prática não acontece. Eles apenas se deslocam até as comunidades e basicamente verificam através de observação como e onde foi aplicado o valor do financiamento, isso fica caracterizado para eles como sendo apenas uma espécie de acompanhamento. Alegam que um dos motivos desse fato é o número excessivo de clientes por carteira. Portanto, fica claro que os Agentes estão servindo mais como captadores de clientes do que como orientadores.

Quando solicitamos a opinião dos entrevistados sobre algo que gostariam de mudar no programa, muitos falaram a respeito do valor que recebem atualmente, que é de R\$ 4.000,00, dizem que se esse valor pudesse ser maior, seria melhor na hora de investir na propriedade.

Outro fato citado tanto pelos pequenos agricultores quanto por um dos Agentes entrevistados, trata-se de um dos principais diferenciais do Programa Agroamigo, o bônus que hoje é de 40% do valor principal para atividades agropecuárias, e de 25% para atividades não agropecuárias. Os pequenos agricultores que, somando todos os seus financiamentos anteriores no Programa, o valor inferior a R\$ 12.000,00, ainda tem direito ao bônus, porém, quem ultrapassa esse valor, além de perdê-lo, mesmo podendo continuar fazendo parte do programa, pagará o valor integral do financiamento acrescido de juros. Os entrevistados acham que esse teto de R\$ 12.000,00 poderia ser maior como mostra os fragmentos 37 e 38.

(Fragmento 37) [...] No meu caso, eu queria continuar com o bônus. Mas aí é uma coisa que já de lei, não tem como mudar, mas tá muito bom... é muito bom. Tem mudado muitas famílias. Mãe faz, meu vô faz, minha vizinha faz, minha cliente faz... todo mundo faz. Porque tem bônus, tem tempo para pagar... é um amigo mesmo. **(B1)**

(Fragmento 38) Hoje, a única coisa que a gente poderia, se a gente pudesse, era aumentar o saldo. Porque hoje o cliente só tem acesso, com bônus, a R\$ 12.000,00. A partir de R\$ 12.000,00 ele não tem mais acesso a esse bônus, se referindo a cliente de DAP B, que são pequenos agricultores, entendeu?! Então, a partir de R\$ 12.000,00, ele tem acesso ao crédito, mas sem o bônus, que hoje é de 40% para atividades agropecuárias. Para as atividades não agropecuárias, por exemplo, as atividades de borracharia, cabelereiro, padarias no meio rural, agroindústrias, qualquer atividade que não relacionada com agropecuária ela só é 25%. E se a gente pudesse aumente o teto de R\$ 12.000,00 ao menos pra R\$ 20.000,00 é uma das coisas que eu queria que mudasse. **(A1)**

Portanto, perante as análises realizadas, percebemos o impacto do Programa Agroamigo na vida de pequenos agricultores familiares do município de Picos-PI. São agricultores de baixa renda que buscam, através desse crédito, conseguir melhores condições de vida e bem-estar. Percebemos que em alguns casos, a renda adquirida é apenas para subsistência, mas, naqueles que buscam melhores formas de aplicar o crédito e que melhor envolvem a família na atividade, conseguem uma melhorar sua renda. Além disso, percebemos que essas pessoas vêm aos poucos conseguindo independência, mostrando que as atividades rurais estão deixando de ser meras atividades de subsistência, mudando para uma visão empreendedora que busca um crescimento econômico e social.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, tivemos o objetivo de compreender como o microcrédito orientado pelo Programa Agroamigo influencia nos aspectos sociais e econômicos de pequenos agricultores familiares na zona rural de Picos-PI. Através da coleta de dados, pudemos constatar que as mulheres estão cada vez mais presentes no financiamento da agricultura familiar, tornando-as cada vez mais independentes e, ao mesmo tempo, participativas na renda familiar. Dentre os 18 entrevistados, 13 são mulheres. Apesar da impossibilidade de obter dados exatos sobre a quantidade de beneficiários cadastrados por sexo nos documentos do BNB, os Agentes de microcrédito afirmam que grande maioria dos clientes do Agroamigo, hoje, são mulheres. Isso reafirma um dos objetivos do Programa, que é a igualdade de gênero.

Constatamos também que, apesar da grande maioria adquirir financiamento para atividades agropecuárias, alguns dos beneficiários também adquirem financiamento para atividades não agropecuárias na zona rural, confirmando o apoio do Programa Agroamigo aos agricultores que desenvolvem também atividades não agropecuárias na zona rural, como comércio, serviço e artesanato.

Percebemos que mesmo com muitos desafios que vão desde a apresentação da proposta até a liberação e aplicação do crédito, há quase uma unanimidade entre os beneficiários ao relatarem a existência de uma considerável melhoria de vida após a adesão ao Programa. Através do estudo da metodologia do Programa Agroamigo, foi possível confrontar informações com as entrevistas realizadas com os beneficiários. Dentre os principais desafios após a aquisição do crédito, o fator climático se destaca como o maior empecilho para esses pequenos agricultores; os longos períodos de estiagem castigam o solo e dificultam o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Porém, alguns fatores indicam a eficiência do crédito, como o alto índice de renovação das operações de crédito e o baixo índice de inadimplência.

Durante as visitas e entrevistas, foi possível perceber uma mudança não só na renda e, conseqüentemente, nos aspectos socioeconômicos, o Programa também revigorou a vontade e a expectativa desses pequenos agricultores no que diz respeito a visão de futuro, pois antes de adquirirem o crédito alguns afirmaram que mesmo tendo local adequado para produzir, não viam nenhum meio de como fazê-lo, principalmente pela falta de capital próprio. O microcrédito orientado pelo Programa Agroamigo custeia os meios (matéria-prima/ferramentas) de produção, assim os pequenos agricultores conseguem prolongar o tempo de produção, além de incentivar o envolvimento familiar neste trabalho para superar os impasses, gerando emprego e renda na zona rural.

Outro aspecto observado no estudo foi a produção orgânica. Alguns dos agricultores entrevistados mostraram produções totalmente orgânicas, que mesmo sem o acompanhamento ou formação específica/ técnica no assunto, através das próprias experiências conseguem manter um alto índice nos seus cultivos, porém, se esses tivessem de fato uma instrução por parte dos Agentes de Crédito do Programa, certamente poderiam melhorar ainda mais a produção orgânica.

Portanto, percebemos a importância do Programa Agroamigo para os pequenos agricultores familiares, o qual tem forte dimensão social na vida de pessoas de baixa renda beneficiadas por uma política pública. Assim, vimos que o Agroamigo busca impactar de forma positiva na vida dessas pessoas, proporcionando oportunidades para a execução de atividades produtivas na zona rural, inclusão financeira dos agricultores (as) familiares e a redução de desigualdades. Verificamos também que ainda há poucos estudos voltados aos pequenos agricultores familiares na região. Nesse sentido, destacamos a necessidade de novas pesquisas no âmbito dessa temática para melhor entender as dimensões do impacto do Programa na vida de pequenos agricultores, a viabilidade de aplicação e sua continuação, além da efetividade das pretensões do Programa.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Entrevistas** – Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 22/07/2016.

BARBOSA, C. G.; MEDEIROS, E. P. de; JÚNIOR, J. S. de A.; ALENCAR, M. M. de; SILVA, M. C. N.; TOURINHO, M. das G. Área de Agricultura Familiar. Banco do Nordeste do Brasil. **Experiência: Agroamigo**. Fortaleza-CE. Jan, 2015.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf**. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp](https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp)>. Acesso em: 21/07/2016.

\_\_\_\_\_. Banco do Nordeste do Brasil S/A. **Grupos e linhas**. Público-Alvo e Condições Operacionais dos Grupos e Linhas de Crédito do Pronaf. Disponível em:



<<http://www.bnb.gov.br/documents/165130/165145/Grupos+e+Linhas+Pronaf/4dd9526a-51af-42fb-b3a2-a07823326de2>>. Acesso em: 22/07/2016.

\_\_\_\_\_. **Microfinanças**. Agroamigo. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/pt/agroamigo>>. Acesso em: 22/07/2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acesso em: 2016.

\_\_\_\_\_. **G1. Educação**. Taxa de analfabetismo cai 4,3 pontos percentuais em 14 anos, diz IBGE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/taxa-de-analfabetismo-cai-43-pontos-percentuais-em-14-anos-diz-ibge.html>>. Acesso em: 12/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 2016.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. **Economia e emprego**. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Publicado em: 24 jul. 2015. Acesso em: 22/07/2016.

\_\_\_\_\_. **IBGE. Informativo para a mídia**. 18 set. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/>>. Acesso em: 23/08/2016.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. (2001). A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101.

CONTE, I. I.; DARON, V. P.; MARTINS, M. D. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponês. In: CONTE, I. I.; WESCHENFELDER, N. V. Possibilidades De Construção Da Igualdade De Gênero No Campo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n.2, p. 44 5 - 4 60. jul./dez. 2013. FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação brasileira**: indicadores e desafios: documentos de consulta/Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. -- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013. 95 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** /Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIM, A. M.; SABBATO, A. Di; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamound, 2001. 288 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=fzCJFVodiN0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 21/07/2016.

LIMA, M. C.. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAIA, G. B. S; PINTO, A. R. Agroamigo: uma análise de sua importância no desempenho do pronaf b. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, 2015, (suplemento especial) – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MDA. SAF/SEAF. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>>. Acesso em: 23/07/2016.

MURARO, R. M. A mulher no terceiro milênio. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002. In: CONTE, I. I.; WESCHENFELDER, N. V. Possibilidades De Construção Da Igualdade De Gênero No Campo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n.2, p. 445 - 460. jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SABOURIN, E. Que Política Pública para a Agricultura Familiar no Segundo Governo Lula? **Revista Sociedade e Estado**. Brasília. v. 22, n. 3, p. 715-751, set/dez, 2007.

SATTERTHWAITE, D. Como as cidades podem contribuir para o Desenvolvimento Sustentável. In: BARBOSA, G. S. O Desafio Do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões** 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

## **APÊNDICE A – Roteiro aplicado aos Agentes do Programa Agroamigo**

- Nome
- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Cargo
- Desde quando trabalha no Programa Agroamigo?
- Conte sobre o histórico do Programa (fundação)
- Explique como funciona o programa (objetivos, a quem se destina, como é aplicado)
- Na sua concepção que benefícios o Programa traz para aos Pequenos Agricultores Familiares?
- Quais os principais impactos do Programa para os pequenos agricultores após receber sua orientação?
- Em sua opinião, existe alguma dificuldade em relação ao crédito? (Quanto a aquisição/aplicação)
- O que você leva em consideração na hora de fornecer ou não o crédito ao cliente?
- Se possível, o que você gostaria de mudar no Programa Agroamigo?
- Você considera suficiente a assistência prestada por vocês aos Pequenos agricultores?
- Levando em considerações suas visitas de rotina aos clientes, você acha que houve melhoria de vida dos mesmos?
- Cite alguma situação prática que para você justifica o trabalho realizado por todos os Agentes de Microcrédito do Programa Agroamigo.

**APÊNDICE B – Roteiro aplicado aos beneficiários do Pronaf Grupo "B" na cidade de Picos-PI que utilizam o microcrédito orientado pelo Agroamigo**

- Nome
- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Raça
- Estado civil (atividade profissional do cônjuge)
- Filhos (quantidade/quantos estudam e/ou trabalham e se trabalham com a agricultura)
- Profissão
- Recebe algum benefício proveniente do governo? Se sim, qual (is)?
- Renda (com e sem benefício)
- Qual a sua condição de posse e uso da Terra?
- Como tomou conhecimento sobre o crédito do Programa Agroamigo? (É beneficiário desde quando? Qual valor recebido?)
- Quantas vezes você já adquiriu o crédito do Programa Agroamigo?
- Relate como era sua propriedade antes e depois da aquisição do crédito (qual era a renda mensal antes de se tornar um beneficiário do Programa? Houve aumento da renda familiar após aplicação do crédito na propriedade?)
- Quais as principais mudanças depois de aderir ao crédito do Programa Agroamigo? (Mudanças nos aspectos socioeconômicos/produzitividade)
- Quais as principais dificuldades em relação ao crédito? (Quanto a aquisição/aplicação)
- Você considera suficiente a assistência prestada pelos Agentes de Crédito do Programa? Se possível, o que você gostaria de mudar no Programa Agroamigo?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( ) Monografia  
(x) Artigo

Eu, Alfonso Rodrigues Maranhão, Matheus Medino dos Santos,  
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
Programa Agroamigo: análise dos impactos socioeconômicos do  
microcrédito na zona rural de Picos - PI  
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 06 de Março de 2017.

Alfonso Rodrigues Maranhão  
Assinatura

Matheus Medino dos Santos  
Assinatura